

**Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.-
ETES**

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultado abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500
Fax 55 (11) 3940-1501
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas e Diretores da
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'José Luiz Ribeiro de Carvalho'.

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014 (Reclassificado)
ATIVO			
<u>CIRCULANTE</u>			
		21.195	18.153
Caixa e equivalentes de caixa	5	948	1.952
Títulos e valores mobiliários	6	2.022	2.216
Contas a receber ativo financeiro	7	16.701	13.617
Outros ativos		1.524	368
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
		74.374	75.680
Contas a receber ativo financeiro	7	74.097	75.502
Depósitos judiciais		151	49
Imobilizado		126	129
TOTAL DO ATIVO		95.569	93.833
<u>PASSIVO</u>			
<u>CIRCULANTE</u>			
		8.297	8.312
Empréstimos e financiamentos	8	3.915	3.910
Fornecedores		160	6
Adiantamento de clientes		639	396
Partes relacionadas - Dividendos	15.2	2.640	3.213
Encargos regulatórios		586	510
Outros passivos		357	277
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
		28.365	26.477
Empréstimos e financiamentos	8	19.967	23.741
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	7.768	2.702
Outros passivos		630	34
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
		58.907	59.044
Capital social	11.1	29.064	29.064
Reservas de lucros		29.843	29.980
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		95.569	93.833

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014 (Reclassificado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	13.236	13.049
CUSTO OPERACIONAIS			
Custo dos serviços prestados		(1.619)	(1.275)
Custo de infraestrutura		(51)	(3)
		<u>(1.670)</u>	<u>(1.278)</u>
LUCRO BRUTO		11.566	11.771
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais		(414)	(569)
Depreciação		(3)	(3)
Pessoal		(667)	(537)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(303)	(190)
		<u>(1.387)</u>	<u>(1.299)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		10.179	10.472
Despesas financeiras	13	(2.067)	(2.020)
Receitas financeiras	13	421	430
		<u>(1.646)</u>	<u>(1.590)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		8.533	8.882
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(1.164)	(487)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(5.066)	(68)
		<u>(6.230)</u>	<u>(555)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.303	8.327

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Demonstrações dos resultado abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.303	8.327
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.303	8.327

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	Capital social	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2013		29.064	1.500	-	2.417	21.949	-	54.930
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	8.327	8.327
Dividendos adicionais não anuídos		-	-	-	(182)	182	-	-
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	11.2	-	416	-	-	-	(416)	-
Reserva de lucros	11.2	-	-	-	-	4.040	(4.040)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.2	-	-	-	-	-	(1.978)	(1.978)
Distribuição dos dividendos adicionais propostos 2013		-	-	-	(2.235)	-	-	(2.235)
Dividendos adicionais propostos	11.2	-	-	-	1.893	-	(1.893)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		29.064	1.916	-	1.893	26.171	-	59.044
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	2.303	2.303
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	11.2	-	115	-	-	-	(115)	-
Reserva de lucros	11.2	-	-	-	-	985	(985)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.2	-	-	-	-	-	(547)	(547)
Distribuição dos dividendos adicionais propostos 2014		-	-	-	(1.893)	-	-	(1.893)
Reserva de incentivos fiscais	11.2	-	-	656	-	-	(656)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		29.064	2.031	656	-	27.156	-	58.907

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014 (Reclassificado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.533	8.882
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
Variações monetárias e cambiais líquidas	2.011	1.988
Receita de aplicações financeiras	(251)	(213)
Descontos financeiros obtidos	(3)	-
Depreciação e amortização	3	3
	10.293	10.660
(Aumento) no ativo		
Contas a receber ativo financeiro	(1.679)	(2.092)
Outros ativos	(1.204)	38
	(2.883)	(2.054)
(Redução) no passivo		
Fornecedores	154	(9)
Encargos regulatórios	31	12
Outros passivos	(282)	(103)
	(97)	(100)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	7.313	8.506
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgates de investimentos (aplicações financeiras)	-	31
Resgate de cauções e depósitos judiciais	-	(36)
Resgates de títulos e valores mobiliários (aplicações financeiras)	472	-
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(64)	-
Aplicações no imobilizado	-	(103)
	408	(108)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	408	(108)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de dividendos	(3.013)	(2.635)
Pagamento de juros do financiamento	(1.843)	(1.921)
Amortização do financiamento	(3.869)	(3.867)
	(8.725)	(8.423)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(8.725)	(8.423)
(Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	(1.004)	(25)
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	1.952	1.977
Saldo no final do exercício	948	1.952
	(1.004)	(25)
Informações adicionais		
Pagamento contribuição social	925	214
Pagamento de imposto de renda	364	149

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações gerais

A Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. (“Companhia” ou “ETES”) foi constituída em 19 de dezembro de 2006 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede está situada na Rua Gomes de Carvalho 1996 15º andar, Conjunto 151, Sala G, VI.Olimpia - São Paulo - SP.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
006/2007	30	2037	R\$ 13.088	IPCA

(*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o pagamento de Receita Anual Permitida - RAP desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão.

Em 12 de dezembro de 2008, entrou em operação comercial a citada linha de transmissão e a respectiva subestação, em 3 de maio de 2009 a 1ª RBNI e em 6 de julho de 2010 a 2ª RBNI.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações contábeis em 23 de fevereiro de 2016.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Reclassificação para fins de comparabilidade

Visando melhorar a comparabilidade das informações apresentadas, a Companhia efetuou a reclassificação da rubrica Concessionárias e permissionárias, no montante de R\$ 429, para a rubrica Contas a receber ativo financeiro, totalizando R\$ 13.617. Já no ativo não circulante essa reclassificação foi no montante de R\$ 943, totalizando R\$ 75.502. A rubrica de Títulos e valores mobiliários, que constava no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2014, foi reclassificada para ativo circulante em 31 de dezembro de 2015, para alinhamento com as práticas contábeis do Grupo Alupar.

Nas demonstrações dos resultados o montante de R\$ 41 referente a Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico foi reclassificado da rubrica Custos dos serviços prestados para a rubrica Receita operacional líquida, devido a alterações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

3 Sumário das práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

3.1.1 *Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários*

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

3.1.2 *Contas a receber ativo financeiro*

A Companhia classifica os saldos de contas a receber ativo financeiro como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

3.1.3 *Provisão para créditos de liquidação duvidosa*

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 31 de dezembro de 2015 a administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3.1.4 *Ativo financeiro de concessão*

De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a serem reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato.

O modelo do ativo financeiro é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao valor justo.

3.1.5 *Baixa de ativo financeiro de concessão*

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.1.6 *Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros*

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.2 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.3 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.4 Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5 Tributação

3.5.1 *Imposto sobre a receita*

As receitas de transmissão estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS), a 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a 7,60%. Esses tributos são deduzidos das receitas de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.5.2 *Imposto de renda e contribuição social - correntes*

A Companhia está sob o regime de apuração pelo lucro real.

3.5.3 *Imposto de renda e contribuição social - diferidos*

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgada na data do balanço.

3.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

3.7 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

3.8 Reconhecimento da receita de transmissão de energia elétrica

A receita de transmissão inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia realizada via Receita Anual Permitida (RAP) estabelecida no início da concessão pelo prazo total da concessão sendo revisada e homologada periodicamente pelo poder concedente. A Companhia identificou as seguintes atividades operacionais que são remuneradas pela RAP.

3.8.1 Receita de desenvolvimento de infraestrutura

A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do exercício. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro neste tipo de atividade.

3.8.2 Receita de remuneração dos ativos da concessão

Corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

3.8.3 Receita de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.8.4 Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

4 Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, e não planeja adotar essas normas de maneira antecipada.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>		
Numerário disponível	4	573
Certificados de depósitos bancários	944	1.379
	<u>948</u>	<u>1.952</u>

Os certificados de depósitos bancários foram remunerados, em média, a 85% do CDI em 31 de dezembro de 2015, comparado a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2014.

6 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui garantias constituídas no montante de R\$ 2.022 (R\$ 2.216 em 31 de dezembro de 2014), conforme definido nos contratos de empréstimo do BNDES. Estas garantias consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e foram remuneradas em média a 97,56% do CDI em 31 de dezembro de 2015 e 97,26% do CDI em 31 de dezembro de 2014.

7 Contas a receber ativo financeiro

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo financeiro de concessão:	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	87.026
Receita de operação e manutenção (nota 12)	2.618
Remuneração do ativo de concessão (nota 12)	11.313
Receita de infraestrutura (nota 12)	3
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(11.841)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>89.119</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	89.119
Receita de operação e manutenção (nota 12)	3.060
Remuneração do ativo de concessão (nota 12)	11.663
Receita de infraestrutura (nota 12)	51
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(13.095)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>90.798</u>
Contas a receber ativo financeiro - circulante	16.701
Contas a receber ativo financeiro - não-circulante	74.097
	<u>90.798</u>

8 Empréstimos e financiamentos

(a) O saldo de empréstimos e financiamentos, e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não Circulante				
			Encargos	Principal	Custo a amortizar	31/12/2015	31/12/2014	Principal	Custo a amortizar	31/12/2015	31/12/2014
BNDES (1)	15/09/2023	TJLP + 2,37% a.a	56	2.037	-	2.093	2.082	13.752	-	13.752	15.733
BNDES (2)	15/09/2023	TJLP + 2,38% a.a	8	282	(4)	286	289	1.903	(27)	1.876	2.145
BNDES (2)	15/10/2019	4,5% a.a	12	1.556	(32)	1.536	1.539	4.409	(70)	4.339	5.863
			76	3.875	(36)	3.915	3.910	20.064	(97)	19.967	23.741

- (1) O empréstimo do BNDES, firmado em 04 de maio de 2009, com liberação no dia 27 de maio de 2009, está sujeito ao encargo da variação da TJLP, acrescido de 2,37% a.a, com vencimento em 15 de setembro de 2023, e tem como garantia o penhor total das ações de emissão da Companhia e o penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão.
- (2) O empréstimo junto ao BNDES, firmado em 29 de dezembro de 2009, teve seu crédito dividido em 2 (dois) subcréditos, sendo: “Subcrédito A” sujeito a incidência de juros de 2,38% ao ano acrescido da variação da TJLP, com vencimento em 15 de setembro de 2023, e “Subcrédito B” sobre o qual é incidido uma taxa de 4,50% ao ano, com vencimento em 15 de Outubro de 2019. Ambos os subcréditos foram liberados parcialmente no dia 27 de abril de 2010, com liberação concluída em 07 de maio de 2010, e estão sob as mesmas obrigações do contrato assinado previamente.

Os contratos que a Companhia possui com o BNDES estabelecem condições contábeis restritivas que são: a de manter Índice de Capital Próprio (Índice de Capitalização) igual ou superior a 25% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, apurados anualmente, a partir do exercício findo em 2013. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento desses índices e em 31 de dezembro de 2015 a companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

(b) Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Total
BNDES	3.875	3.875	3.617	2.319	2.319	4.059	20.064
BNDES - custo de captação	(36)	(36)	(9)	(4)	(4)	(8)	(97)
	3.839	3.839	3.608	2.315	2.315	4.051	19.967

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem substancialmente do reconhecimento dos efeitos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão. Até o exercício fiscal de 2014 a Companhia foi optante pelo regime de tributação lucro presumido e a partir do ano calendário de 2015 passou a optar pelo lucro real com o incentivo fiscal da SUDAM, correspondente à redução de imposto de renda equivalente a 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração. Os cálculos projetados da provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos foram realizados considerando essa mesma premissa, onde a usufruição do benefício se dará nos próximos 9 anos de concessão, e no restante do período até o final da concessão foi utilizado a premissa do cálculo com a alíquota nominal de 25% para imposto de renda.

Além da premissa descrita acima, a Companhia também efetuou os ajustes decorrentes da adoção da Lei 12.973 e IN 1515 e projetou o cálculo do art. 69, conforme previsto na legislação.

Os registros contábeis foram efetuados em contrapartida nas contas de resultado conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

	Inciso I - Resultado tributável acumulado conforme prática antiga	Inciso II - resultado tributável acumulado conforme Lei 12.973	Base de cálculo
a) Composição dos tributos por exercício			
Exercício findo em 2008	(91)	-	91
Exercício findo em 2009	(545)	-	545
Exercício findo em 2010	3.877	8.482	4.605
Exercício findo em 2011	1.956	10.370	8.414
Exercício findo em 2012	4.445	5.805	1.360
Exercício findo em 2013	4.887	7.373	2.486
Exercício findo em 2014	4.796	8.882	4.086
Exercício findo em 2015	3.821	8.533	4.712
	23.146	49.445	26.299
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	
b) Base de cálculo	26.299	26.299	
Imposto diferido - base de cálculo (1)	20.037	26.299	
Imposto diferido - base de cálculo incentivada	6.262	-	
Alíquota efetiva (1)	25%	9%	
Alíquota incentivada	6%	0%	
Total tributo alíquota efetiva (1)	5.009	2.367	7.376
Total tributo alíquota incentivada	391	-	391
Total IRPJ e CSLL diferido	5.401	2.367	7.768

(1) Art. 69. No caso de contrato de concessão de serviços públicos, o contribuinte deverá:

I - calcular o resultado tributável acumulado até 31 de dezembro de 2013, para os optantes conforme o art. 75, ou até 31 de dezembro de 2014, para os não optantes, considerados os métodos e critérios vigentes em 31 de dezembro de 2007;

II - calcular o resultado tributável acumulado até 31 de dezembro de 2013, para os optantes conforme o art. 75, ou até 31 de dezembro de 2014, para os não optantes, consideradas as disposições desta Lei e da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

a. As diferenças a tributar referem-se principalmente as seguintes natureza:

	Remuneração do ativo financeiro	Provisão de contingências	Diferença a tributar
Composição das natureza do IRPJ e CSLL diferido	26.222	77	26.299

b. A movimentação do imposto diferido se deu conforme a seguir:

	Lucro Presumido		Lucro Real		
	2013	Adições	2014	Adições	
Imposto de renda diferido	1.710	44	1.754	3.647	5.401
Contribuição social diferida	924	24	948	1.419	2.367
	2.634	68	2.702	5.066	7.768

10 Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui processos trabalhistas visando basicamente verbas rescisórias e horas extras. Com base na opinião dos assessores jurídicos, esses processos foram classificados como possíveis de perda, com valor em risco aproximado de R\$ 224.

11 Patrimônio líquido

11.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 29.064, representados por 29.064.000 ações ordinárias nominativas.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimentos S/A	29.063.999	100,00	29.063.999	100,00
Membros do Conselho da Administração	1	-	1	-
Total das ações	29.064.000	100,00	29.064.000	100,00

11.2 Reserva legal e destinação do resultado:

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social somado ao valor total das reservas.

Destinação do resultado	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	2.303	8.327
Constituição de reserva legal (5%)	(115)	(416)
Subtotal	2.188	7.911
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(547)	(1.978)
Dividendos adicionais propostos	-	(1.893)
Reserva de lucros	(985)	(4.040)
Reserva de incentivos fiscais	(656)	-
Saldo de lucros acumulados	-	-

12 Receita operacional líquida

	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional bruta	14.774	13.934
Receita de operação e manutenção	3.060	2.618
Remuneração do ativo de concessão	11.663	11.313
Receita de infraestrutura	51	3
Deduções da receita operacional	(1.538)	(885)
Programa de Integração Social - PIS	(183)	(77)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(841)	(355)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(346)	(302)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(115)	(110)
Taxa de fiscalização	(53)	(41)
Receita operacional líquida	13.236	13.049

13 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras	421	430
Receita de aplicações financeiras	408	427
Descontos obtidos	3	-
Outros	10	3
Despesas financeiras	(2.067)	(2.020)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(1.877)	(1.953)
Despesas bancárias	-	(32)
Atualização monetária	(151)	(35)
Outros	(39)	-
Total líquido	(1.646)	(1.590)

14 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2015		31/12/2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
	lucro real		lucro presumido	
a) Composição dos tributos no resultado:				
Correntes	-	-	(320)	(167)
Diferidos	-	-	(44)	(24)
Total	-	-	(364)	(191)
b) Tributos correntes Lucro Presumido:				
Receita de transmissão	-	-	11.841	11.841
Alíquota de presunção de lucro	-	-	8%	12%
Receita de transmissão ajustado	-	-	946	1.421
Receita financeira	-	-	430	430
	-	-	1.376	1.851
c) Tributos correntes Lucro Real:				
Lucro societário antes do IR e CS	8.533	8.533	-	-
(+) Adições/Exclusões	(4.712)	(4.712)	-	-
Base de Cálculo	3.821	3.821	-	-
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota Adicional IRPJ (Exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
Total dos tributos correntes	(932)	(344)	(320)	(167)
Art. 69 Lei 12.973	(398)	(147)		
Incentivo fiscal SUDAM	657	-		
Total dos tributos correntes - lucro real	(673)	(491)		

15 Partes relacionadas

15.1 Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a remuneração da alta administração foi de R\$ 303 e R\$ 190, respectivamente, compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

15.2 Dividendos

A Companhia possui em aberto os valores de dividendos mínimos obrigatórios distribuídos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, descritos na nota explicativa 11.2, totalizando R\$ 2.640.

16 Instrumentos financeiros

16.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

16.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro da concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas, sendo as mesmas classificadas por meio de resultado.

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar), são classificadas como empréstimos e recebíveis e divulgadas pelo valor justo conforme abaixo:

16.3 Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível III- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários e como Nível II o ativo financeiro.

16.4 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

16.4.1 Risco de crédito

a. Contas a receber de concessionárias e permissionárias

A Companhia por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias outros agentes, está sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados a rede básica.

16.4.2 Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

16.4.3 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

16.4.4 Risco de taxas de juros

A atualização dos contratos de financiamento está vinculada a variação do TJPL.

16.4.5 Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

17 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte e vales refeições.

* * *

Lucilene Silva
Contadora - CRC 1 SP 289.421-O-1

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho
Diretor Administrativo financeiro